

# A GREVE DA FOME COMO ARMA PELA JUSTIÇA

**A situação dos presos políticos saharauís nas prisões marroquinas tem sido denunciada por organizações de defesa dos direitos humanos sem que tal movimento de denúncia tenha alterado a sua situação.**

Pelo contrário. Em 12 de Fevereiro passado duas advogadas francesas, que representam 19 dos presos do chamado processo de Gdeim Izik, foram detidas à sua chegada a Marrocos e expulsas do país, impedindo-lhes assim o normal exercício das suas funções. A embaixada francesa em Rabat não viu necessidade de intervir.

Na sequência deste evento, um dos presos, Naâma Asfari – a quem há 18 meses é negada a visita da esposa – foi colocado numa cela à parte, o que motivou em 8 de Março uma greve de fome de outros presos deste processo.

As organizações que têm acompanhado a situação destes detidos chamam a atenção para o facto desta greve ocorrer no momento em que «se observa uma escalada da repressão por parte das autoridades marroquinas, ao mesmo tempo que, desde há alguns anos, o território se vai fechando: as missões de observadores internacionais, advogados, representantes públicos, jornalistas, activistas defensores dos direitos humanos, investigadores, académicos, seja qual for a sua nacionalidade, são frequentemente intimidados ou expulsos pelas forças policiais marroquinas».

A Liga para a Protecção dos Presos Saharauís tem alertado para a deterioração da saúde destes presos. Em fins de Março escrevia em comunicado: «Hoje é o décimo sexto dia da greve de fome ilimitada realizada pelos presos políticos saharauís nas prisões de Kenitra, Ait Melloul e Tata em Marrocos, numa situação marcada pela deterioração da sua saúde causada pela falta de tratamento médico e da ausência de um diálogo sério por parte da Autoridade das Prisões Marroquinas que rejeita teimosamente as exigências legítimas dos grevistas, em particular a sua transferência para as prisões no Sahara Ocidental, para os aproximar das suas famílias, para além de os privar dos seus direitos garantidos pelas Convenções e Tratados Internacionais».

Também, em finais de Março, as associações de solidariedade francesas escreveram uma carta aberta ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês. Relembrando a situação em que os detidos se encontram, a grave deterioração da sua saúde, as condições ilegais a que as autoridades marroquinas os sujeitam, as associações apelam àquelas instituições, assim como a todas as organizações internacionais, «para que intervenham urgentemente e façam pressão sobre o reino de Marrocos a fim de que este garanta



Fig. 1: Claude Mangin-Asfari em greve da fome (foto DR)

---

os direitos legítimos dos grevistas saharauís».

Já depois desta carta aberta a Associação de Amigos da República Árabe Saharauí Democrática em França informou em comunicado que «Claude Mangin-Asfari, desde há dois anos que se vê impedida de entrar em Marrocos para ver o seu marido, Naâma Asfari», um dos presos políticos saharauís do grupo de Gdeim Izik. «O desgosto e o sentimento de injustiça fizeram com que ela desafiasse a proibição». Em 16 de Abril «tomou um avião mas, pela quarta vez, a sua entrada em Marrocos foi proibida».

«Claude Mangin-Asfari esteve sempre ao lado do marido na defesa do direito do povo saharauí de dizer em liberdade o que quer para si. Este compromisso é, sem dúvida, o que o Reino de Marrocos quer punir, impedindo qualquer contacto com o marido, detido há 7 anos», afirma o comunicado.

«A Associação dos Amigos da RASD e todas as associações em França e na Europa em solidariedade com os saharauís, denunciam esta nova expulsão e declaram o seu total apoio a todas as iniciativas que a Sra. Mangin-Asfari possa adoptar para poder entrar na prisão de Kenitra, onde o seu marido está preso».

Desde então entrou em greve da fome com o objectivo de pressionar as autoridades marroquinas a autorizá-la a visitar o marido. Enquanto cidadã francesa escreveu por diversas vezes ao Presidente Macron e ao seu MNE, que têm feito ouvidos moucos para não “zangar” o rei Mohamed VI.

A associação lembra que, desde que invadiu o Sahara Ocidental, o reino de Marrocos exerce uma repressão cruel contra todas as expressões públicas que se opõem à sua ocupação. Esta repressão assumiu muitas formas desde 1976, desaparecimentos forçados, prisões com ou sem julgamento, tortura e tratamento cruel na detenção e nas prisões. Para o poder ocupante trata-se de impedir a todo o custo qualquer expressão a favor da autodeterminação.

O grupo de presos saharauís de Gdeim Izik, detido em Novembro de 2010, foi condenado a penas muito duras (de 20 anos a prisão perpétua) durante dois julgamentos-farsa, em 2013 e 2017.

Desta situação nas prisões marroquinas é dado testemunho no relatório do Secretário-geral da ONU sobre a questão do Sahara Ocidental. Aí é referida a visita que o Sub-Comité das Nações Unidas para a prevenção da tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes realizou a Marrocos em Outubro de 2017, «para aconselhar o Governo na constituição de um órgão nacional de controlo das condições de detenção, encarregado de inspeccionar os locais de detenção. (...). Até 27 de Fevereiro o Governo marroquino não tinha constituído nem designado um mecanismo deste tipo. (...). Durante a sua visita, o Sub-comité para a prevenção da tortura avaliou o tratamento dado às pessoas privadas de liberdade e as medidas tomadas para as proteger da tortura e dos maus tratos. Entregou um relatório confidencial ao Governo marroquino».

Porém, o Conselho de Segurança das Nações Unidas teve – tem - uma leitura diferente. Na sua Resolução sobre o Sahara Ocidental diz acolher «com satisfação as medidas e iniciativas tomadas por Marrocos, o papel desempenhado pelas comissões do Conselho Nacional de Direitos Humanos em Dakhla e em Laayune [cidades sob ocupação no Sahara Ocidental] e a interacção entre Marrocos e os mecanismos de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (...).».

Este excerto da Resolução mostra bem as alianças e o apoio que o regime marroquino tem conseguido conquistar naquele órgão da ONU.